

046/89

Ives Gandra da Silva Martins

O FALACIOSO ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie, Presidente da Academia Internacional
de Direito e Economia e Presidente do
Conselho Superior de Estudos Jurídicos
da Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.

As teorias, que não funcionam, são fartamente difundidas no Brasil. As teorias bem sucedidas preconceituosamente afastadas, ou por ignorância ou por má fé.

Entre as teorias que não funcionam e mais fartamente difundidas no país, está aquela de que o Estado é patrocinador do bem estar, o reequilibrador da justiça social e promotor do desenvolvimento econômico.

Raramente uma teoria foi tão bem difundida e ofereceu tão maus resultados como o endeusamento desse padrão utópico.

Não quero analisar o rotundo fracasso econômico de tal modelo em todos os países do Leste Europeu, que os está fazendo reformularem por completo seu idealístico e mau sucedido exemplo. Nem quero analisar que a Comunidade Européia só cresceu, na década de 80, porque reduziu o tamanho do Estado do Bem Estar Social e, com diminuição da carga tributária e incentivo à livre iniciativa, permitiu a formação de um dos mais evoluídos pólos econômicos do mundo de hoje.

Quero apenas dizer que o modelo de Estado, plasmado na Constituição, é a principal causa da hiperinflação



Ives Gandra da Silva Martins

-2-

reprimida, em que o Brasil hoje vive, o que já denunciei, pelas páginas da Folha, há um ano e meio atrás (5/5/1988). O Estado cresceu demais e criou o absurdo federativo de 5.000 entes, sustentados pela sociedade, com triplicação dos Poderes Executivos e Legislativos e duplicação dos Poderes Judiciários. A carga tributária brasileira que é superior a 50% do **produto privado bruto**, torna-se insuficiente em face do monstruoso modelo de Estado criado.

É que o Estado do Bem Estar Social no Brasil retira recursos da sociedade para distribuí-los entre os próprios detentores do poder, pouco restando para seu retorno, em nível de serviços públicos. O Brasil é o recordista mundial em imposição fiscal (mais de 50 tributos) e também o recordista mundial, entre as nações mais civilizadas, do pior serviço público prestado à comunidade.

E o que há de se lamentar é que, na medida em que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal oneram o mesmo contribuinte, obrigando-o a suportar as desperdiçadoras máquinas distribuidoras de direitos e não de responsabilidades, os investimentos estrangeiros se afastam e os investimentos nacionais são direcionados para outros países. Quando todas as nações se abrem para o mundo, o Brasil, sobre se fechar para ele, estimula o desvio de poupanças e investimentos nacionais para outras regiões, em face do ônus brutal, que cria para empresários e empregados do setor privado, num claro desestímulo ao trabalho e à poupança.

O que o Brasil necessita é de um choque sobre o "Estado do Bem Estar Social dos detentores do poder" e do "Mal Estar Social dos brasileiros", que os sustentam, mas atuam no setor privado.

O modelo ideal seria uma Federação com poucos Estados, transformando-se aqueles espaços geográficos, sem densidade econômica, em territórios federais, com o que as máquinas

Ives Gandra da Silva Martins

-3-

administrativas não seriam duplicadas. Os Municípios não deveriam ser entes federativos, nem ter capacidade impositiva própria, mas deveriam ter assegurada receita tributária imediate partilhada das receitas da União e dos poucos Estados. Desta forma, o contribuinte ao pagar, pagaria à União, aos Estados, mas os bancos repassariam **automaticamente** a parcela dos Municípios. Os contribuintes em vez de terem que pagar, direta ou indiretamente, 50 tributos pagariam 5, a saber: um imposto sobre a renda, um sobre circulação de mercadorias, um sobre o patrimônio, um regulatório do comércio exterior e um social, abrindo apenas campo à remuneração por taxa ou preço público de serviços específicos e divisíveis prestados à comunidade.

Com o Estado menor, com a Federação redimensionada às necessidades nacionais e não aos interesses dos políticos, todos pagariam menos, mas teriam melhores serviços porque o Estado deixaria de ser um promotor do Bem Estar Social da burocracia e dos políticos no poder, para ser um promotor da sociedade.

E com menos tributos e mais liberdade, os investimentos nacionais e estrangeiros retornariam ao país, porque não seriam tratados preconceituosamente, mas o Brasil os trataria com a inteligência própria das nações que sabem que só a livre concorrência e a iniciativa privada são capazes de gerar tranquilidade e desenvolvimento estáveis, como o mundo de hoje está demonstrando.

Montesquieu dizia que o homem no poder não é confiável e por isto pretendeu encontrar um mecanismo pelo qual o poder controlasse o poder. Quanto menos homens no Estado, mais espaço terá a sociedade e quanto mais espaço tiver, mais o Bem Estar Social se obterá pelo trabalho estimulado do povo e não pelos desperdícios irresponsáveis dos governos.

